



## A GESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Honório Lima Nanque<sup>1</sup>  
Socorro Cláudia Tavares De Sousa<sup>2</sup>  
Pedro Kiuma Da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

A gestão da Língua Portuguesa em Guiné-Bissau ocorreu por meio do Decreto da Lei nº 7/2007, primeiro documento oficial no qual o Estado guineense exige o uso obrigatório do português no país em alguns domínios (Spolsky, 2004, 2009), visando facilitar a comunicação e o acesso à integração da Guiné-Bissau na comunidade internacional de língua portuguesa. Por essa razão, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar as políticas linguísticas declaradas, percebidas e praticadas em escolas públicas nas vozes dos documentos oficiais e da comunidade escolar guineense. Esse propósito se desdobra de seguintes objetivos específicos: descrever as políticas e ideologias linguísticas presentes em documentos oficiais voltadas ao ensino e identificar as políticas linguísticas praticadas em escolas públicas em Guiné-Bissau. Sendo assim, o trabalho tem como o embasamento teórico a noção de política linguística de Spolsky (2004, 2009, 2012) no qual define a gestão como esforços de alguns membros de uma comunidade de fala que tem ou acreditam ter autoridade sobre outros membros para modificar as crenças e as práticas linguísticas. Metodologicamente, o trabalho se insere no paradigma qualitativo-interpretativista (Lin, 2015) e tem caráter documental (Decreto da Lei nº 7/2007). O corpus é constituído por Lei nº 7/2007, que institui a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos departamentos de Estado e Plano Setorial da Educação (2017-2025), que tem como finalidade traçar pontos estratégicos de desenvolvimento curricular. A pesquisa foi realizada por meio da entrevista semiestruturada aos nossos colaboradores/as com a finalidade de descrever as políticas linguísticas na percepção da comunidade escolar guineense. Os resultados mostram que a gestão da Língua Portuguesa em Guiné-Bissau partiu de um nível macro para um micro, caracterizando uma política linguística que vem de cima para baixo. A pesquisa concluiu que esse tipo de gestão, às vezes, pode correr o risco de não ser acatada na íntegra, uma vez que o Estado pode incentivar o uso de uma língua; no entanto, se ela não é praticada no ambiente em que é exigida, há risco de não ser aceita na sua totalidade pelos usuários.

**Palavras-chave:** GESTÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA; GUINÉ-BISSAU; POLÍTICA LINGUÍSTICA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS - 1 DE JOÃO PESSOA, Discente, nanquelima@gmail.com<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS - 1 DE JOÃO PESSOA, Docente, sclaudiats@gmail.com<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS - 1 DE JOÃO PESSOA, Discente, pedrokiuma1995@gmail.com<sup>3</sup>